

# Os Principais Benefícios da Conversão em Lei da “MP do Bem”



**Após tortuoso processo legislativo, a conhecida MP do Bem (Medida Provisória nº 255/05) foi convertida, no último dia 21 de novembro, na Lei nº 11.196/05 trazendo diversos benefícios fiscais**

Tal preceito legal foi muito esperado pelos empresários, especialmente no ramo de exportação diante da criação do REPES – Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação e RECAP – Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras. Tais programas concedem grandes benefícios fiscais às referidas empresas.

De outro lado, outro segmento “agraciado” foi o comércio de computadores, para os quais se reduziu a zero as alíquotas do PIS – Contribuição para o Programa de Integração Social e da COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a “receita bruta” de venda a varejo de “computadores de mesa” e dos portáteis (cujo peso não ultrapasse 3,5 Kg).

É pertinente ressaltar que tal benefício aplica-se somente às mercadorias cujo valor esteja dentro dos limites estabelecidos por lei, quais sejam: (i) R\$ 2.000,00 para unidade de processamento digital (CPU); (ii) R\$ 3.000,00 para os computadores portáteis “notebooks”; (iii) R\$ 3.500,00 para os computadores de mesa (CPU, monitor, teclado e mouse vendidos em conjunto); e (iv) R\$ 2.100,00 para a unidade de processamento digital (CPU) e acessórios (mouse e teclado vendidos em conjunto).